



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022.

ASSUNTO: PARECER JURÍDICO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. RELATÓRIO

Trata-se de Parecer Jurídico relativo ao Processo Administrativo nº 92-2022, Inexigibilidade de Licitação sob o nº 09-2022, cujo objeto é a ***Contratação de empresa especializada na concessão de licenciamento de Software de Sistemas de Gestão Pública, com acesso ilimitado de usuários e suporte técnico para a Câmara de Vereadores de Lidianópolis – PR.***

Sendo assim, vieram anexos ao pedido os documentos relativos à empresa, que destaco tratem-se de documentos fiscais e empresariais que comprovam as exigências legais necessárias.

Diante do exposto, passo para análise jurídica do presente aditivo.

2. MÉRITO

O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, bem como se é caso de inexigibilidade de licitação, mas, esta assessoria jurídica não adentrará em aspectos técnicos e econômicos, bem como ao juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida.

Assim, mediante a impossibilidade de submeter à competição que afasta o dever geral de licitar, insculpido no art. 37, XXI da Carta Política de 1988.



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-PR.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Luzia I. Graneiro Campos

Presidente da Comissão

67

Essa impossibilidade sempre decorre do objeto, seja porque único, como nos casos de produto exclusivo, seja porque, mesmo não sendo exclusivo, se mostra inconciliável com a ideia de comparação objetiva de propostas.

Cabe inicialmente destacar, como justificativa inicial a esta contratação a necessidade de integração dos sistemas de prestação de contas, conforme determina Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro 2020, vejamos:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos em relação à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Siafic, será assegurada pela observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido neste Decreto e do disposto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo de outras disposições previstas em lei ou em atos normativos aplicáveis.

(...)

Art. 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - sistema único - sistema informatizado cuja base de dados é compartilhada entre os seus usuários, observadas as normas e os procedimentos de acesso, e que permite a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada, nos termos do disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Art. 18. Os entes federativos deverão observar as disposições deste Decreto a partir de 1º de janeiro de 2023.

Nesta toada, verifica-se que o sistema de Gestão Pública utilizado pelo Poder Executivo Municipal, é contratado junto a empresa deste processo licitatório, ou seja, justifica-se inicialmente a impossibilidade de competição dos serviços ora contratados, pela devida atenção ao que determina o referido Decreto Federal, que terá sua obrigatoriedade exigida a partir de 01 de janeiro de 2023.

Procuradoria Jurídica do Legislativo de Lidianópolis – PR e-mail:
procuradoriajuridica@cmlidianopolis.pr.gov.br



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitscheck, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Luzia I. Graciro Campos
Presidente da Comissão
Fis. 68

Dito isto, resta-se evidente a necessidade da contratação através da presente inexigibilidade, uma vez que a contratação com pessoa jurídica diversa, acarretaria em inaplicabilidade do decreto na seara municipal.

Em sequência, destaco que a espécie normativa que, atualmente, disciplina a Licitação é a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Esta veio regulamentar o artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988, haja vista a referida norma não ser de eficácia plena, mas sim de eficácia limitada que, em outros dizeres, significa a necessidade de lei posterior vir regulamentar seu conteúdo para que gere efeitos no mundo jurídico.

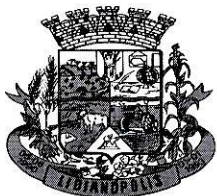
No que paira a discussão, cumpre salientar o que trata o artigo 37, XXI da CF/88, in verbis:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Percebe-se, portanto, que o dever de licitar possui viés constitucional. Esta obrigação significa não apenas aceitar o caráter compulsório da licitação em geral, mas também respeitar a modalidade já definida para a espécie de contratação a ser buscada.

Procuradoria Jurídica do Legislativo de Lidianópolis – PR e-mail:
procuradoriajuridica@cmlidianopolis.pr.gov.br



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Acontece que a própria Constituição da República, como sobredito, delega às legislações infraconstitucionais o possível modo de operar, dentre eles as hipóteses em que as contratações da Administração Pública não serão precedidas de processos licitatórios, o que não dispensa um processo administrativo, ressalta-se.

Essas exceções normativas denominam-se dispensa e inexigibilidade de licitação, limitadas aos casos definidos nos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93, respectivamente.

Dentro do cenário fático é relevante enfatizar que a inexigibilidade de licitação é utilizada em casos que houver **inviabilidade de competição**, tratando-se de ato vinculado em que a administração não tem outra escolha, senão contratar, ocasião que a lei de licitações estabeleceu hipóteses legais em rol exemplificativo, como podemos observar na letra da lei, ao estabelecer o termo: “em especial”, com posterior apresentação de três hipóteses.

Passando ao estudo da fundamentação legal da inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 25 da lei de licitações, nos deparamos com a seguinte determinação:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

*II - para a contratação de **serviços técnicos** enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”*

A lei faz remissão ao artigo 13 onde estão mencionados vários desses serviços, como pareceres, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias etc. leia-se o que diz o citado artigo 13:



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Luzia I. Graneiro Campos
Presidente da Comissão

Fis. 70

“Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

*III - **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;*

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico; (grifo nosso)”.

Ademais, a lei apresenta como requisitos para contratação, como ensina o doutrinador JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, em seu Manual de Direito Administrativo, 23ª edição, páginas 293-294, o seguinte sobre tais requisitos:

a) Serviços Técnicos Especializados. “O Serviço é técnico quando sua execução depende de habilitação específica”.

b) Notória Especialização. “aqueles que desfrutam de prestígio e reconhecimento no campo de sua atividade. A Lei considera o profissional ou a empresa, conceituados em seu campo de atividade. Tal conceito deve ter vários aspectos, como estudos, experiências, publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica e outros do gênero.”

Procuradoria Jurídica do Legislativo de Lidianópolis – PR e-mail:
procuradoriajuridica@cmlidianopolis.pr.gov.br



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-PR.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Luzia I. Graneiro Campos
Presidente da Comissão

Fis. 73

c) Natureza Singular. “Serviços singulares são os executados segundo características próprias do executor”.

Em consonância ao todo mencionado Hely Lopes Meirelles é bastante preciso, vejamos:

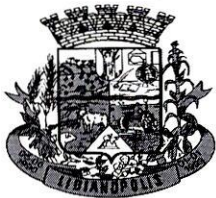
(...) a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato.

Acertados são os entendimentos dos doutrinadores, eis que o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO sumulou a matéria com o seguinte enunciado:

SÚMULA Nº 039/TCU *A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.*

A notória especialização é verificada quando a empresa ou o profissional, através de desempenho anterior, estudos, publicações, organização, técnica, resultados de serviços anteriores, permita identificar que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação das necessidades do ente público tomador do serviço.

Procuradoria Jurídica do Legislativo de Lidianópolis – PR e-mail:
procuradoriajuridica@cmlidianopolis.pr.gov.br



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Luzia I. Granciro Camp
Presidente da Comissão
Fls. 72

Já o serviço singular, é aquele ministrado por profissional que comprovadamente demonstre, em trabalhos anteriores, a sua destacada habilidade técnica, que o credencia para o objeto do contrato. Esta singularidade poderá decorrer também da própria profissão do contratado, pois determinados ofícios não são objeto de competição pelo menor preço, como por exemplo, a prestação de serviços técnicos baseados em sistemas integrados e hospedagens de softwares para gestão pública.

Repise-se que, para que se caracterize a situação de inexigibilidade descrita no supracitado art. 25 da Lei 8.666 de 1993, é necessária a configuração, no caso concreto, do requisito de admissibilidade expressamente previsto no caput, qual seja, a inviabilidade de competição que, em tais situações somente se perfaz através da presença cumulativa de dois pressupostos: a singularidade do serviço e a notória especialização do contratado.

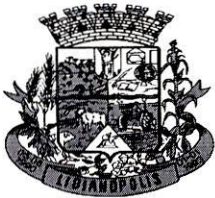
Quando diversos profissionais e/ou pessoas jurídicas puderem realizar o mesmo e idêntico serviço, ainda que de natureza técnica especializada, deve ser promovida uma disputa entre eles. Entretanto, quando diversos profissionais puderem realizar um serviço técnico profissional especializado, mais o produto do trabalho do outro, por força das características pessoais do autor, aí então haverá impossibilidade de competição, dada a singularidade do serviço.

CONCLUSÃO:

A vista destas considerações, e analisando a documentação acostada aos autos do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, destinado a contratação conforme objeto do presente certame, opino de forma FAVORÁVEL da Inexigibilidade de Licitação nº 09/2022.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Procuradoria Jurídica do Legislativo de Lidianópolis – PR e-mail:
procuradoriajuridica@cmlidianopolis.pr.gov.br



Luzia I. Graciano Campos
Presidente da Comissão
Fis. 73

Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitscheck, 327 - CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Lidianópolis – PR, 03 de novembro de 2022.


MATTHEUS F. DE OLIVEIRA SILVA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/PR 85.255

Procuradoria Jurídica do Legislativo de Lidianópolis – PR e-mail:
procuradoriajuridica@cmlidianopolis.pr.gov.br